

RELAÇÃO VIDA PRECÁRIA, NECROPOLÍTICA E UNIVERSO TRANS

Fernando Guimarães Oliveira da Silva¹

Eliane Rose Maio²

Estudo das interseccionalidades: classe, desigualdades de gênero e sexualidades

Resumo: Convidamos para conhecer parte de imersões que realizamos no campo da educação. Problematizar o quanto a escola é formatada/normatizada para atender um modelo ideal de ser/existir, reproduzindo, silenciando, apagando a diferença de corpo, de gênero, de raça e de etnia. Colonialmente, assistimos o retorno deliberado dessa tradição. Um exercício doloroso de um governo que odiosamente reatualiza preconceitos, agrava apagamentos existenciais da diferença e torna a educação novamente um espaço de formação acrítica do/da trabalhador/a. Para resistir contra essa onda fascista, realizamos apontamentos filosófico-educacionais com recursos da pesquisa bibliográfica baseada nas teorias pós-críticas em educação. O objetivo é pensar a preservação e a responsabilidade das vidas de mulheres trans (travestis, transexuais e transgêneros) na relação entre educação e sociedade. A partir de tensões no campo dos estudos transfemininos com os efeitos discursivos e concretos do poder de definir normalidade e acesso, observamos possibilidades de articulações de pesquisas butlerianas em especial o conceito de vida precária com pesquisas de Mbembe sobre a política de matabilidade que extermina vidas transfemininas, a questão da necropolítica. Situações que a guisa de conclusão nos levam ao retorno de uma discussão que nosso país acreditava-se avançado, o direito à educação é de quem?

Palavras-chave: Vidas trans. Educação. Vida precária. Necropolítica.

Introdução

Este texto oportuniza dois encontros conceituais o de “vidas precárias” de Judith Butler (2011) e o de “necropolítica” de Achille Mbembe (2016) que merecem destaque os encontros afetivos produzidos em dois momentos no decorrer do processo de construção subjetiva do primeiro autor, enquanto pesquisador, na interlocução com ideias que também movimentam a orientadora, Eliane Maio, na condição de coautora. A escrita assim passa a registrar momentos do primeiro autor.

¹ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Unidade de Jardim). Email: fernando.uems@uems.br.

² Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM/Sede). Email: elianerosemaio@yahoo.com.br.

Tive a oportunidade de conhecer o conceito de vida precária (BUTLER, 2011) com a Professora Crishna Correa que compôs ‘brilhosamente’ a banca de qualificação de meu Doutorado em Educação junto à Universidade Estadual de Maringá (UEM) que ocorreu, em Setembro de 2018, hoje com a tese finalizada com o título *‘Vidas precárias de estudantes trans: educação, diferenças e projetos de vidas possíveis’*.

A proposta da pesquisa de doutoramento em Ciências Humanas Interdisciplinares da Professora Crishna Correa (2017), *Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do Sul do Brasil*, representou parte principal do quadro teórico arquitetado para articular perspectivas que oferecessem condições de compreender vidas trans no ambiente escolar, nas famílias e em outros espaços narrados pelas minhas participantes vinculadas a organizações da sociedade civil e de movimentos sociais no oeste paulista e no leste de sul matogrossense.

A autora (CORREA, 2017) utilizou perspectivas interdisciplinares das teorias contemporânea especialmente dos estudos feministas, antropológicos, transfeministas para compreender estratégias de resistências produzidas por três mulheres trans e três homens trans para permanecerem nas universidades públicas que pesquisou. Judith Butler, a partir da ideia de “vida precária” (BUTLER, 2011); “vidas que importam” (BUTLER, 2015c); “violência ética” (BUTLER, 2015b) e “vidas passíveis de luto” (BUTLER, 2015a) representam o campo teórico trabalhado por Correa (2017) para compreender onde as técnicas de poder, disciplina e controle dos corpos jogaram existências trans.

Para tal feito, Correa (2017) aponta que os grupos de acolhida de existência trans, como coletivos e movimentos sociais se colocam como um espaço inevitável para não somente porque as lutas feministas têm como pautas a ampliação de direitos “[...] mas porque a existência dos corpos/sujeitos/as que circulam por esses grupos é precarizada até os últimos limites, que são especificamente os da invisibilidade, do apagamento e da morte, por um enquadramento cisheteronormativo dominante (CORREA, 2017, p. 186)”.

Situações identificadas na escola durante a pesquisa de mestrado (SILVA, 2015)³ e que foram redimensionadas no doutorado retornam à discussão sobre a ideia de responsabilidade ética com as outras pessoas conforme aduz Butler (2015b) em *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Uma vez que registradas dificuldades de profissionais da educação de lidar com o diferente, nesse caso as travestis, transexuais e transgêneros, ainda é válido pontuar que existe, na realidade, um território em disputa, não tão somente pelo reconhecimento da diferença e da construção de gênero femininas construídos por elas, mas uma disputa que envolve a moral.

A autora aponta de acordo com estudos foucaultianos que a moral é inventada e ela não age de uma maneira uniliteral ou determinística do sujeito

Ela prepara o ambiente para a autocriação do sujeito, que sempre acontece em relação a um conjunto de normas impostas. A norma não produz o sujeito como seu efeito necessário, tampouco o sujeito é totalmente livre para desprezar a norma que inaugura sua reflexividade; o sujeito luta invariavelmente com condições de vida que não poderia ter escolhido. Se nessa luta a capacidade de ação, ou melhor a liberdade, funciona de alguma maneira, é dentro de um campo facilitador e limitante de restrições. Essa ação ética não é totalmente determinada nem radicalmente livre. Sua luta ou dilema primário devem ser produzidos por um mundo, mesmo que tenhamos de produzi-lo de alguma maneira (BUTLER, 2015b, 31).

Butler (2015b) entende a política do reconhecimento como um projeto ético. Lidamos aqui com a questão da ética da responsabilidade, porque se para realizar o reconhecimento de si o sujeito precisa reconhecer o/a outro/a, isso significa que temos obrigações para com as outras pessoas. Ao passo que nos formamos nos contexto das relações sociais, segundo Butler (2015b), essa relacionalidade pretensa é condição para entender nossa dependência, ao relatar a si mesmo o/a outro/a faz a cena de interpelação para se fazer inteligível. Olhar para a vida do/a outro/a com responsabilidade ética implica compreendê-la possível, compreender que ela assim como eu também é precária, porque o existir é composto de materialidade precária.

³ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade universitária de Paranaíba/MS.

O que precisamos considerar é que apreender uma vida demanda uma “capacidade epistemológica” (BUTLER, 2015a, p. 16). Inteligir uma vida sob os parâmetros da capacidade epistemológica propõe entender como as normas sociais a produz. Com essa produção, podemos compreender o problema ético de definir o que será reconhecida ou o que será preservado contra violência e violação. Adentramos um território que Butler (2015a, p. 19) define a partir de textos hegelianos como o reconhecimento. Aponta que se o reconhecimento é um ato, uma prática ou uma cena entre sujeitos,

[...] então a “condição de ser reconhecido” caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconhecimento – os termos, as convenções e as normas mais gerais “atuam” do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sejam falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos.

De modo enfático, Butler (2015a) diz que a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento. Importa problematizar, então, conforme aduz a autora (BUTLER, 2015a) que, se já temos os parâmetros de sujeitos que são demarcados como reconhecidos, por que como outras são mais difíceis de reconhecer ou as normas atribuem reconhecimento diferenciado?

O que a discussão de Butler (2015a) com isso é que os enquadramentos produzem vidas possíveis e mortes certas, a autora interpreta que a norma produz falhas e geralmente essas falhas são vivas, porém “[...] embora possa ser apreendida como “viva”, nem sempre é reconhecida como uma vida” (BUTLER, 2015a, p. 22). Diante disso, como as travestis, transexuais e transgêneros produzem inteligibilidade e capacidade epistemológica se estão situadas fora dos enquadramentos do gênero?

A resposta para essa pergunta, por exemplo, nos levaram a apontar os quadros de matabilidade como o destino-fim dessas vidas já que elas não importam, mas se ater nessa resposta sem produzir deslocamentos reflexivos seria muito simplista.

Então, tal situação me acompanhou e durante a velocidade da passagem dos dedos pelo Facebook na tela do celular sem intenção nenhuma apenas de aguardar o tempo passar para chegar o horário de lecionar encontrei uma publicação da

Professora Megg de Oliveira junto ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), coordenado inclusive pela minha orientadora em parceria com a Professora Crishna Correa.

Na publicação com o título de *'Dandara, Marielle e a Política de matabilidade no Brasil'*, no Blog Peita-me, datada de Março de 2019, foi possível ler teoricamente a perspectiva da perda de sentido de uma vida que não está enquadrada como vivível, levando a análise sob a ideia de necropolítica. Ao procurar o embasamento teórico junto às referências tive acesso a um grupo intensamente presente de informações sobre o assunto em diversas publicações que, a princípio, acreditava que não encontraria tanta informação. A partir disso, resolvi realizar discussões que conseguissem associar duas perspectivas a de vidas precárias e a de necropolítica.

Diante disso, por meio de perspectivas pós-críticas da educação conforme aponta Dagmar Meyer e Marlucy Paraíso (2014, p. 19), encontramos práticas de teorizações no campo das teorias contemporâneas em educação. As autoras acreditam que a inventividade, criação e outros possíveis representam as principais características das pesquisas pós-críticas em educação: “Movimentamo-nos zigueagueando no espaço entre nossos objetos de investigação e aquilo que já foi produzido sobre ele, para aí estranhar, questionar, desconfiar”. A partir dessa abordagem metodológica, realizamos nossa pesquisa bibliográfica para realizar apontamentos iniciais da relação proposta entre os conceitos de vidas precárias (BUTLER, 2011) e o de necropolítica (MBEMBE, 2016).

Perspectivas sobre universo trans, vida precária e necropolítica

Abordamos, nesse texto, a ideia de universo trans proposta por Marcos Benedetti (2006), em sua pesquisa de mestrado em Antropologia Social. Nela, o autor trata amplamente das definições que se encontram no terreno das experimentações, transformações e personificadas diversidade do gênero.

O “universo trans” é, portanto, uma tentativa de nomear e classificar processos de transformações do gênero que se expressam, sobretudo, através de práticas, uso e formas corporais distintas daquelas hegemônicas. Nesse universo, o corpo é o ator e o cenário

onde as transformações se desenvolvem e adquirem sentidos (BENEDETTI, 2006, p. 147)

Com essa definição, trataremos por trans, as mulheres travestis, transexuais e transgêneros, mesmo que, segundo Dayana Santos (2017) tenham construções teóricas, políticas e culturais diferenciadas para cada grupo citado. O que fica presente em nossa discussão é que ao tratar das trans, acionamos as três categorias propostas como uma forma de reconhecer cenas de matabilidade, reconhecimentos e responsabilidades possíveis.

Ao entender uma vida como precária, tratamos assim na compreensão de Butler (2011), de reconhecê-la como fora dos padrões definidos como morais. Isso significar dizer que ao nascer alguns corpos já tão identificados como detentores de uma vida precária. A legitimação dessa vida precária é permeada de eventos cotidianos que tentam apagá-la. Tais práticas de apagamento geralmente ocorrem por meio de atitudes presentes nas pessoas das escolas, famílias e comunidades que anulam, dificultam acessos, esquecem da diferença dos corpos trans... Pontualmente tais corpos não são passíveis de comoção, preocupação e responsabilidades, principalmente porque “simplificando, a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível” (BUTLER, 2015a, p. 40).

Com essa interpretação butleriana da vida passível de ser vivida que encontramos no conceito de necropolítica a possibilidade de interlocução. Para Mbembe (2016), com enfoque nos estudos foucautianos acerca do poder, a ideia quem detem o poder de controlar a vida que será vivível e a vida que será matável permeia grandes guerras atuais pela soberania de exercer o direito de matar. De início é importante salientar a perspectiva que paira os estudos de Mbembe (2016) sobre a razão e a política. Para o autor: “[...] a razão é a verdade do sujeito, e a política é o exercício da razão na esfera pública” (MBEMBE, 2016, p. 124).

Entremeando as questões da razão e da política, Mbembe (2016) ainda pondera sobre a questão da soberania que tem como objeto de instrumentalidade não a luta pela autonomia das pessoas, mas sistematizar de forma generalizada a existência humana. Associada a essa relação entre razão e política, temos também a ideia de morte como um trabalho da política.

A relação entre política e morte cotidianamente funciona num estado de emergência, um estado que nos remete aos domínios do possivelmente vivível e daquelas vidas que serão deixadas para morrer. Mbembe (2016) compreende que as vidas possíveis e as vidas passíveis de morte vinculam-se ao campo biológico.

Como exemplo disso, é possível visualizar a presença da raça como uma forma de analisar a relação entre política e morte. O racismo permite o uso de tecnologias destinadas a registrar no corpo a diferença: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2016, p. 128). Correlacionando com a questão das diferentes formas de matabilidade de corpos trans femininos, podemos dizer que o Estado emprega mecanismos de biopoder que exercem o direito de matar. Logicamente que não de modo bastante visível, mas com mecanismos explícitos de saber-poder junto aos mecanismos judiciais que não reconhecem violências específicas contra pessoas LGBT+ como crimes e outras dificuldades enfrentadas por essas pessoas em diferentes locais que oportunizam acessos.

Várias pesquisas têm demonstrado o emprego que as escolas fazem de técnicas de apagamento da diferença de gênero e sexualidade no ambiente escolar, especialmente de pessoas mulheres trans (ANDRADE, 2012; LANZ, 2014; SANTOS, 2017; CORREA, 2017). Andrade (2012, p. 248) aponta que, mesmo fazendo-se resistências em diferentes locais, as trans são submetidas ao modelo hegemônico da pedagogia da violência que tenta corrigir os seus corpos.

O que ocorre com as travestis na escola é que esta instituição reproduz os ditames do sistema social, portanto isso não é algo peculiar a ela, mas reflete nela, assim como na família, na universidade, no trabalho, na rua, etc. Educadores/as, funcionários/as, professores/as e gestores/as em sua maioria aprenderam desde a convivência familiar, escolar e social em geral que os sexos definem o gênero e conseqüentemente o desempenho social, como se tudo fosse natural, fixo e intransponível.

Observamos que a sociedade emprega formas de controle para assegurar a manutenção da masculinidade, e a família representa a instituição responsável por disseminar tais empreendimentos simbólicos. Lanz (2014, p 243) pontua que existem famílias e famílias. O que é visível em sua pesquisa é que diante do medo e

da falta de suporte “[...] para enfrentar o caráter transgressivo do seu desejo, a saída comum para todas as entrevistadas foi negar as próprias percepções que tinham a respeito de si próprias e enquadrar-se, da melhor maneira que pudessem, ao modelo de gênero em que foram classificadas ao nascer”.

A autora caracteriza esse assunto como o investimento de um “ajuste forçado” (LANZ, 2014, p. 243), bem como de uma condição de “pária social” (LANZ, 2014, p. 243) na qual a pessoa trans precisa ser obediente às normas de gênero. Essas duas práticas são consideradas como resultado da rejeição familiar e geram muito sofrimento. Sofrimento esse “[...] decorrente do sentimento de culpa pela transgressão cometida (ou que se pensa em cometer...) [que] é ainda maior em pessoas educadas sob os rígidos princípios e valores burgueses, como é o caso das pessoas entrevistadas” (LANZ, 2014, p. 244)

Além dessas definições, Dayana Santos (2017), em sua pesquisa de doutorado com narrativas de docências trans, *Docência trans: entre a decência e a abjeção*, confirma que existem disputas no contexto da definição das expressões do gênero, principalmente quando se discute quem são as travestis, as transexuais e as transgêneros. Santos (2017) aponta que o nome social é parte do processo de fabricação de travestis e transexuais. Segundo a autora (2017, p. 271), o nome social é construído paralelamente ao gênero feminino e representa uma identificação diante do mundo que assegura conforto e satisfação: “nesta perspectiva, as narrativas sobre os nomes de travestis e transexuais apresentam, não raras vezes, uma história”.

Embora sejam múltiplas e apresentem várias nuances, as experiências travestis e transexuais são engendradas para fora dos limites do armário, porque travestis e transexuais fabricam seus corpos e identidades fora do armário, isto é, muitas vezes, nas ruas, nas pistas, nas calçadas, nas casas de cafetinagem e prostituição. O olhar inquisidor e escrutinador sobre os corpos e identidades travestis e trans constrói um aparato acusatório para essas personagens (SANTOS, 2015, p. 648).

Mas e o direito delas de estarem nas escolas, de comporem as cenas de outros locais e se fazerem possíveis em outros espaços-tempos que não estes? Correa (2017, p. 186) destaca, ainda sob a perspectiva de Butler (2015a), que

somente a reação teórica e concreta da atuação dos grupos e dos movimentos de mulheres e de gênero podem integrar essas existências ao campo do enlutável:

No momento em que choramos publicamente essas mortes e restituímos umas às outras nossos nomes, gênero e desejo, é que recolocamos a existência nesses corpos, tornando-os passíveis de luto, estabelecendo os laços de responsabilidade ética [...]

Com enfoque nos estudos de Butler (2015a) sobre ‘Quadros de Guerra...’, Correa (2017) verifica como os enquadramentos normativos retiram corpos, colocando-os às esferas de matabilidade.

Fica tangente a necessidade de ocupação que os corpos precisam fazer para estarem nas escolas e outros espaços institucionalizados por perfis moralizantes de acesso. Colocar assim, outros possíveis para existências trans femininas que não aquelas que as tornam corpos impossíveis de compor as cenas de comoção, responsabilidade e preservação.

Situação que reflete nos estudos sobre a questão do universo trans no interior sul-mato-grossense. Em estudo recente, demonstramos que os estudos sobre a questão trans na pós-graduação em educação sul-mato-grossense é escassa. Poucos são os estudos sobre a questão da diversidade de gênero e ganha destaque aspectos referentes à questão do gênero associado aos estudos feministas (SILVA; MAIO, 2019).

Considerações Finais

A relação desses dois foi pensado de modo superficial para propor novas discussões sobre a questão da vida precária de pessoas trans articulada com a questão da necropolítica. Em ambos os conceitos é possível presenciar que tais vidas são jogadas aos quadros de matabilidade porque são demarcadas pelo não reconhecível.

O não reconhecimento faz com que suas vidas não compõem as ideias de comoção que permeiam sensações de perda e choque dadas a crueldade. O que é necessário ressaltar é que tais corpos estão presentes nos espaços realizando

ocupações que levam nossos sentidos revisar o que é considerado padrão para evitar que tenhamos que aceitar suas mortes.

Os corpos considerados passíveis de morte são deixados pelas políticas da desimportância, da despreocupação, de vidas que não possuem relevo nos espaços de institucionalização de leis, direitos e com isso, a legitimidade da existência de modo geral. Para promover tais relações entre possibilidades projetivas de outros territórios de vidas desconectadas de precariedade será preciso a ocupação de processos de escolarização. Não somente os de escolarização, mas de outros cenários de tomada política de decisão que alargam direitos sociais para pessoas trans.

Principalmente se considerarmos que implicitamente os Estados deixam corpos à esteira de diferentes formas de apagamento por meio da matabilidade. Diante disso, trouxemos discussões para que outras possibilidades de leitura sejam possíveis.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. **Sapere Aude**, vol. 6, n.11, (2015c). Disponível em: <<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/9979/8380>>>.

Acess em: 17 Mar 2019.

_____. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

_____. Vida precária. **Contemporânea**, vol. 1, n. 1, (2011). Disponível em: << >>. Acesso em: 12 Mar 2019.

CORREA, Crishna M. de A. **Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do Sul do Brasil**. 2017. 379f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2016.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAISO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. In: _____. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** 2ª ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p.17-24.

SANTOS, Dayana B. C. dos. A biopolítica educacional e o governo dos corpos transexuais e travestis. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, vol. 4, n. 151, (2015). Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2970/pdf11>>. Acesso em: 17 Mar 2019.

_____. **Docências trans*:** entre a decência e a abjeção. 2017. 447f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

SILVA, Fernando G. O. da; MAIO, Eliane R. O estado da arte da produção acadêmica sul-matogrossense sobre estudantes trans nas escolas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 16, n. 32. (2018). Disponível em: <<<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/3012>>>. Acesso em: 18 Mar 2019.

SILVA, Fernando G. O. da. **Vozes Desveladas...** memórias de homossexuais sobre práticas escolares. 2015.143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2015.

_____. **Vidas precárias de estudantes trans:** educação, diferenças e projetos de vidas possíveis. 2019. 170f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.